

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATO BRAUN

**IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO

CACOAL - RO

2011

RENATO BRAUN

**IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

Artigo de conclusão de curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* de Cacoal como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Esp. Cleberson Eller Loose

CACOAL – RO

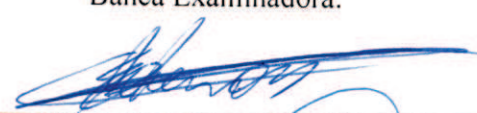
2011

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aos 05 (cinco) dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu-se na primeira sala do bloco 03 da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: **Esp. Cleberson Eller Loose** (presidente), **Ms Evimael Alves Teixeira** (membro), e **Ms Rogério Simão** (membro), para examinar o candidato **RENATO BRAUN** na apresentação e defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo, intitulado: **IMUNIDADE E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO**. A presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 16:17 h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores argüíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a argüição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 92 (noventa e dois). A ata segue assinada pelo presidente e demais membros da banca.

Cacoal / RO, 05 de Dezembro de 2011.

Banca Examinadora:



PROF. Esp. Cleberson Eller Loose
Presidente



PROF. Ms Evimael Alves Teixeira
Membro



PROF. Ms Rogério Simão
Membro



Ao único e supremo criador dos céus e da terra,
em razão de sua graça derramada sobre minha
vida.

Ao meu pai, Ernesto Schuwanz Braun (*in
memoriam*), que foi um homem de muita força,
perseverança e fé, que me guiou no caminho da
justiça e honestidade.

À minha mãe, Nelza Scheroeder Braun, pelo
apoio incondicional no alcance de meus sonhos.

À meus irmãos, Deonísio Braun, Everaldo
Braun e Tânia Braun, que muito me incentivam
no crescimento pessoal e profissional.

À Suélen Raasch, quem amo, pelo constante
apoio ao longo dessa jornada.

Agradeço primeiramente ao arquiteto do universo, que é Deus.

Ao professor Esp. Cleberson Eller Loose, não somente por me direcionar no desenvolvimento deste trabalho como orientador, mas também por sua amizade e paciência.

À todos os professores que muito contribuíram com o conhecimento, ao longo do curso, para a minha formação profissional e acadêmica.

Aos meus amigos, Michael Manthay Santana, Dhenilton Manthay, que sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada.

IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO

Renato Braun¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar se as entidades assistencialistas utilizam as imunidades e isenções tributárias concedidas às mesmas por meio de dispositivos constitucionais como forma de benefícios fiscais contributivos ao fomento de ações sociais, praticadas pelas organizações do terceiro setor, bem como as dificuldades apontadas pelos gestores para seu gozo e o impacto econômico causado pelo não conhecimento das imunidades e isenções. Para tanto, a metodologia utilizada foi o método dedutivo, utilizando-se como técnicas de coletas de dados levantamento bibliográfico e documental para os embasamentos legais que abordam o tema proposto e ainda, com aplicação de questionário composto por perguntas abertas e fechadas aos gestores de 5 entidades assistencialistas de Cacoal, referente a utilização das imunidades e isenções tributárias. Após análise dos resultados desta pesquisa, constatou-se que na maioria das entidades utilizam pelo menos um dos benefícios fiscais permitidos em lei. Os resultados do estudo demonstram que os gestores apontam o processo para a contemplação dos benefícios como burocrático. Em reflexo disto, três das cinco entidades pesquisadas acabam arcando indevidamente com despesas tributárias, mesmo sendo elas imunes e isentas de acordo com a lei.

PALAVRAS CHAVE: Terceiro setor. Imunidade. Isenção tributária. Entidades assistencialistas.

INTRODUÇÃO

A necessidade do surgimento de um novo setor dentro de uma sociedade capitalista foi motivada pela disparidade das desigualdades sociais e da incapacidade do Estado de impulsionar a justiça social (TENÓRIO *apud* JACOBESSEN, CRUZ e LENGLER, 2010, p. 2). O Brasil está entre os países que possuem maior desigualdade de renda, com um percentual de 34% da população vivendo na faixa da pobreza (ANDRADE, 2002, p.30).

Com o crescimento populacional, as cidades tendem a se deparar com problemas referentes à educação, saúde e segurança pública. Sendo assim, torna-se necessário a sociedade, juntamente com o Estado, trabalhar na tentativa de diminuir os impactos maléficos ocasionados pelo crescimento da população e assim, produzir melhor qualidade de vida aos indivíduos.

Deste modo, necessita-se que surjam novas entidades assistencialistas e que as já existentes se fortaleçam para ajudar a amenizar os males que corrompem a dignidade de

¹ Graduando do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal – e-mail: rantobraun@hotmail.com. Orientador professor Esp. Cleberson Eller Loose.

muitas pessoas. Para Santos *et al* (2008, p. 04) surge a cada ano um número considerável de entidades assistencialistas, contudo, o número de financiadores não cresce na mesma proporção, comprometendo assim, as atividades dessas entidades, que acabam limitando o atendimento.

Os recursos financeiros proveniente da iniciativa privada destinada para as entidades assistencialistas, assim como para todo o terceiro setor, somam positivamente na realidade dessas organizações. Segundo um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007, p. 23) 59,5% das entidades possuem como fonte principal, recursos de origem privada, que englobam recursos próprios e contribuição voluntária. Este percentual evidencia a dependência que as entidades sem fins lucrativos possuem de terceiros para que, subsistam e continuem prestando serviços benéficos à sociedade.

Para a realização deste trabalho foi necessário a investigação das imunidades e isenções tributárias pertinentes às entidades sem fins lucrativos, identificar o quantitativo dessas entidades que se beneficiam desse direito, suas dificuldades para o seu uso, e por fim, verificar o impacto econômico causado pelo não gozo dos benefícios tributários. Desta forma, esta pesquisa propôs como problema: as entidades assistencialistas de Cacoal estão utilizando as imunidades e isenções fiscais concedidas a elas por meio de leis?

Portanto, o tema proposto pela pesquisa, tem como foco verificar se as imunidades e isenções tributárias estão sendo utilizadas pelas entidades assistencialistas como forma de benefício fiscal.

A metodologia utilizada se deu por meio dos procedimentos técnicos de pesquisas bibliográficas e documentais pertinentes ao assunto abordado, utilizando forma de abordagem qualitativa, sendo obtidos dados com a aplicação de questionários composto por perguntas abertas e fechadas, totalizando 18 questões. A amostra pesquisada do terceiro setor foram as entidades sem fins lucrativos que exercem atividades assistencialistas no município de Cacoal.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta pesquisa consiste em abordar e conhecer alguns conceitos de autores que discutem acerca do assunto objeto deste trabalho, como: breve histórico do terceiro setor, o seu surgimento e consolidação no Brasil, categorias, assistência

social, conceitos de entidades beneficentes e assistencialistas, utilidade pública, certificado de beneficência, tributação, abordando as imunidades e isenções.

1.1 PRECEDENTES HISTÓRICOS

Desde a descoberta da escrita que foi estimulada pela necessidade de registrar aquilo que pensava ou os fatos ocorridos, nota-se que a ação social como forma de ajuda voluntária ao próximo sempre esteve presente na convivência do homem com a sociedade da qual ele fazia parte. Nessas sociedades, grande era o apoio aos membros que se encontravam doentes, inválidos ou incapacitados em realizar suas atividades laborais. Mediante a isto, a família ou o grupo se uniam em prol daquele incapaz (OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Na Grécia, sob comandos de Atenas, foi instituído pelo próprio Estado a prática de ajuda ao indivíduo inválido, na forma de pensão ou em doação como azeite, farinha, pão, carne e outros alimentos que suprisse a necessidade daquela pessoa. Partes desses recursos eram obtidas através da cobrança de ingressos aos estádios, teatros e outras reuniões do qual eram feitas ao público (EGG *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Grant *apud* Oliveira (2005, p. 18) acredita que o possível trabalho social mais longínquo que se tem conhecimento, pode ter nascido em Roma sob a égide do imperador Marco Nerva, no fim do século I da era cristã, onde se criou um sistema que oferecia alimentação às camadas mais pobres do povo romano e também, tinha-se o cuidado de garantir que as crianças tivessem boa nutrição desde sua infância.

Com a intensificação do surgimento das religiões (islamismo, judaísmo e cristianismo) a sociedade passou a prestar mais assistência àqueles que nem sequer fazia parte de sua etnia, agindo através de seus impulsos religiosos e humanísticos. A partir de então, surge centros de serviços de assistências ao tratamento a doentes e inicia-se a organização de processos da coleta de oferendas com objetivo de distribuí-las mais tarde aos pobres e carentes (FOUCAULT *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Em conformidade com os fragmentos históricos, percebe-se que a prática da ajuda ao próximo mostrou-se presente desde as sociedades primitivas até as sociedades modernas do século XXI. Diante desse lapso de tempo, com mundo evoluído, a sociedade ainda necessita daqueles cuidados e auxílios que desde o começo da civilização humana se necessitava.

1.2 O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

No Brasil, como afirma Silva (2010, p. 5) “As primeiras organizações da sociedade civil nacional foram as Santas Casas de Misericórdia, que remontam os meados do século XVI e se encontram atuantes até hoje”. Assim, de acordo com Andrade (2002, p. 28; 29) a ação social no Brasil teve existência desde a época da Igreja Católica, pois a filantropia através das ordens de irmandades e das Santas Casas montou as primeiras redes de serviços voluntários em conformidade com o Estado, uma vez que era tradição religiosa a ajuda ao próximo e a preocupação com assuntos sociais.

As atividades de assistencialismo e de benemerência no passado, principalmente a partir do século XVII, estavam ligadas apenas às ações de caridade prestadas pela igreja. Com a promulgação da Constituição de 1891, após a Proclamação da República, houve a separação entre o Estado e a igreja, e a proibição de destinação de subvenções às instituições religiosas. Claramente, as instituições que prestavam ajuda à população, perderam muito a sua capacidade de atuação. Contudo, como a prática da caridade era uma característica do evangelho, a igreja encontrou meios de continuar exercendo ação social. Recebia cooperação internacional, principalmente da Europa, para financiar a tradição da beneficência (OLIVEIRA, 2005, p. 26; 28).

No Brasil, por meio da constituição de 1988, ficou estabelecido através de lei que é dever do Estado e da sociedade zelar pelas questões públicas. A partir de então, surge o terceiro setor no cenário nacional de maneira organizada atuando oficialmente como colaborador do Estado (OLIVEIRA, 2005, p. 28). O uso do termo “terceiro setor” manifesta o pensamento de que existe o primeiro e segundo setor. De fato, o “primeiro setor” é o Estado, o segundo é representado pelo mercado que possuem finalidades lucrativas e o terceiro setor engloba instituições públicas, regidas por direito privado e sem objetivos mercantis (ARAÚJO, 2006, p.1).

A terminologia “entidades sem fins lucrativos”, quando mencionada abrange um conjunto de espécies de entidades como as sociedades cooperativas, as instituições de caráter filantrópico, os sindicatos, as associações, fundações, entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social e as instituições de caráter filantrópico, científico, cultural e recreativo. O uso da nomenclatura, sem fins lucrativos, não inibe o fato de estas instituições possuírem superávit, ou seja, sobra entre receita e despesa, já que essas sobras financeiras são o que

mantêm a entidade com expectativa de progresso. O que não é permitido é distribuir os lucros ou parcelas das receitas aos seus sócios ou mantenedores (YOUNG, 2009, p.32; 33)

Em consonância, a Lei nº 9.790 de 23 de Março de 1999 esclarece as entidades que devem ser consideradas sem fins lucrativos:

“Art. 1 [...]

§ 1º Para o efeito desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.”

Na redação da referida lei nota-se os atributos necessários e suficientes para que uma entidade se qualifique como sem fins lucrativos. Sob a óptica jurídica ela deve ser de direito privado e não destinar qualquer distribuição de lucros a seus associados ou instituidores bem como aplicar todo o recurso obtido na atividade fim da entidade.

Enfim, o terceiro setor no processo de desenvolvimento, sempre obteve auxílio da sociedade civil e de instituições privadas, no enfrentamento e ajuda ao atendimento das crescentes demandas sociais dos menos favorecidos, como complementação das responsabilidades do Estado.

1.2.1 Consolidação do terceiro setor no Brasil

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008, p. 16), através de um estudo e pesquisas de informações econômicas, contava que no ano de 2005 haviam 601.611 entidades legalmente cadastradas como entidades sem fins lucrativos em todo território nacional. Este número é o resultado da soma dos grupos de classificação de entidades sem fins lucrativos, que são: grupo de habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, partidos políticos, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesa dos direitos, e outras instituições privadas sem fins lucrativos. Do número apresentado foram excluídas as entidades como, partido político, sindicatos, federação e confederação, entidades de conciliação e arbitragem, cemitérios e funerárias para então, chegar ao número de 338.162 Fundações Privada e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) que desenvolve atividades não lucrativas e voluntárias.

Das 338.162 fundações e associações sem fins lucrativos de todo o território nacional, 39.395 são de assistência sociais sendo, 16.164 localizados no norte do país. O estado de Rondônia é o terceiro da região Norte, possuindo 2.752 entidades assistencialistas (IBGE, 2008, p. 23).

O contingente de trabalhadores chega a alcançar 1,7 milhões de pessoas assalariadas nas 338,2 mil FASFIL, e nas entidades que prestam serviços de assistência social alcança índice de 53,4% de pessoas que colaboram com serviços voluntários.

1.2.2 Categorias do terceiro setor

No passado, o terceiro setor no Brasil era mais conhecido por ações de caridade quase sempre ligadas as instituições religiosas. A partir da década de 90, como Landim *apud* Olak; Nascimento (2008, p. 13) menciona uma nova etapa na história das entidades sem fins lucrativos estava para acontecer e que, nitidamente percebeu-se o início de cinco categorias que compõe o terceiro setor no Brasil. São as seguintes:

- I- associações;
- II- organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade;
- III- organizações não governamentais;
- IV- fundações privadas; e
- V- organizações sociais.

As associações têm por características, exercer atividades com objetivos determinados em interesses comuns ou mútuos, voltada para atividades comunitárias, culturais, profissionais, esportivas e artísticas. As organizações filantrópicas, beneficente e de caridade objetiva promover a assistência social prestando serviços nas áreas de educação e saúde. Uma organização não governamental diferencia-se da associação por se comprometer com a sociedade civil e movimentos sociais, pois o alcance de seu objetivo é estendido a qualquer indivíduo. E diferente da organização filantrópica, por não ter como finalidade práticas caritativas.

A fundação privada é criada por um instituidor através de escritura e que, destina bens através de doação à instituição para a formação de seu patrimônio. Enfim, a organização social trata-se de uma organização pública não estatal que atua nas áreas de educação, cultura

e saúde dentre outros, e ainda, o Estado estimula as atividades para atingir objetivos das políticas públicas.

1.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência social é o serviço prestado indiscriminadamente, por organizações ou entidades sem fins lucrativos, a indivíduos a quem dela necessitar. O texto encontrado no art. 203 da Constituição da República, auxilia no entendimento da locução “assistência social”:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Portanto, o texto constitucional revela que, a assistência não pode ser direcionada a grupos fechados de pessoas e sim, destinado a assegurar os direitos e garantias da população menos favorecida e vulnerável da sociedade.

1.3.1 Entidades beneficentes

O termo entidade é largamente utilizado na Constituição Federal de 1988 para designar associações ou sociedades, públicas ou privadas. Já a expressão beneficente qualifica a entidade como àquela que não busca satisfazer interesses próprios, ou seja, que desenvolve suas atividades de forma desinteressada. Como consequência, não pode ter fins lucrativos (DIFINI, 2010, p. 89).

O fato das entidades terem caráter beneficente, não impede cobrança pela contraprestação de seus serviços como forma de custear as atividades assistenciais. Em suma, para ser considerada entidade beneficente, deverão ser destinados os recursos com o objetivo de atender as finalidades da assistência social (*idem*).

1.3.2 Entidades assistencialistas

A organização civil foi uma das propulsoras, ao longo do tempo, do amparo aos mais necessitados. A prática da caridade e de assistência social vem há muito tempo sendo desenvolvida por instituições filantrópicas juntamente com entidades privadas principalmente nas áreas de educação e saúde, com intuito de suprir a carência governamental já que o estado demonstra insuficiência no atendimento de questões sociais (ACHKAR, 2008, p. 5).

Consideram-se entidades assistencialistas àquelas que trabalham, sem possuir finalidades lucrativas, no enfrentamento da pobreza para garantir os mínimos sociais através de atendimentos ou assessoramentos de habilitação e reabilitação do indivíduo promovendo sua integração ao mercado de trabalho e à vida social, que oferecem ainda, amparo à criança e ao adolescente carente, proteção à família, à maternidade e à velhice (lei 12.101/09, art. 18; lei 8.742/93 art. 1; 2).

Para que, a entidade seja considerada assistencialista, deve possuir o certificado de que assim a denomina, através da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social assim como, fazer parte do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social, sendo a primeira condição essencial para a existência da segunda, conforme esclarecido constante na lei 12.101/09, art. 19, I e II.

1.4 UTILIDADE PÚBLICA

Considera-se entidade de utilidade pública, aquela que desenvolve atividade assistencial ou cultural, que colabora e auxilia o Estado no desempenho de políticas sociais. De acordo com Young (2009, p. 160) a utilidade pública é um conjunto de fatores e qualidades encontradas numa entidade que irá determinar o reconhecimento pelo Estado, como de interesse coletivo

O título e utilidade pública é o reconhecimento por parte de governo da importância que a entidade do terceiro setor possui para a sociedade. Este título proporciona a expectativa de usufruir benefícios que abrange de isenção até a obtenção de recursos públicos, por meio de convênio ou termo de parceria. A lei nº 91 de 1935, criou a declaração de utilidade pública para que apenas aquelas entidades que cumprissem com suas funções em benefícios à coletividade, recebessem algumas regalias decorrentes deste título, como, doações

provenientes de setor público e isenção da cota patronal à seguridade social (OLIVEIRA, 2005, p. 29).

Dentre outros requisitos para a outorga do título de utilidade pública municipal, estadual e federal, a entidade deve reunir os requisitos como: ser constituída em território nacional; possuir personalidade jurídica; possuir ata de reunião e comprovar atividades de caráter filantrópico; estatuto; ter o requerimento do poder legislativo e executivo, da concessão de utilidade pública municipal; comprovação da idoneidade moral de seus diretores; declaração que não remunera os cargos de diretorias, e de não distribuir lucros a seus mantenedores; provar funcionamento dos últimos 3 anos; publicar suas demonstrações de receitas e despesas (OLIVEIRA, 2005, p. 29; 30).

Em posse dessas prerrogativas a entidade está apta a ser reconhecida pelo Estado como entidade que oferece serviços à coletividade de interesse comum, passando a ter o direito de requerer os benefícios cabíveis. São eles:

Quadro 1: Benefícios de acordo com a Utilidade Pública.

Utilidade Pública Municipal	IPTU; ISS;
Utilidade Pública Estadual	ICMS; IPVA.
Utilidade Pública Federal	Certificado de fins filantrópicos; Isenção do recolhimento da cota patronal para o INSS e contribuição social; Permite as pessoas físicas e jurídicas receber dedução no IR de doações efetuadas; Pode receber subvenções da União.

Fonte: Adaptado do Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo.

Com o título adquirido, passa a organização sem fins lucrativos a ter a obrigação de apresentar relatórios de seus serviços prestados anualmente e publicar as demonstrações contábeis e financeiras do período anterior.

1.5 CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, anteriormente chamado de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, conjugado com a declaração de utilidade pública, é um documento que permite a entidade obter a isenção da cota patronal da previdência social. Torna-se necessário

a entidade possuir o título de utilidade pública municipal, estadual ou federal para o gozo da referida isenção (YOUNG, 2009, p. 170).

De acordo com a resolução nº 177/00, art. 2º, para obter o referido certificado, a organização deve ser considerada entidade beneficente de assistência social, que são àquelas que têm o objetivo de, proteger a família; oferecer amparo às crianças e adolescentes, bem como promover a integração do indivíduo no mercado profissional; promover a gratuidade de assistência educacional e de saúde; e por fim, a defesa e garantia de direitos como cidadão.

Somente poderá ser concedido ou renovado o Certificado de Entidade de Assistência Social, para a entidade que está legalmente constituída no país, previamente registrada no Conselho Municipal, Estadual ou Nacional de assistência social e aplicar 20% da receita bruta nos desenvolvimentos das atividades institucionais (YOUNG, 2009, p. 171).

1.6 FUNDAMENTOS DA TRIBUTAÇÃO

Conforme o entendimento de Fabretti (2006, p.3) falar de tributação requer relembrar o conceito de Estado de direito, que é uma nação politicamente organizada. Por sua vez, a nação é formada por elementos como: povo, território e governo. A população é formada por indivíduos nacionais e estrangeiros; o território é o espaço geográfico onde o Estado exerce sua soberania e poder. Através desta virtude atribuída ao Estado, o poder de arrecadação de tributos é exercido por meio de leis que definem a incidência do fator gerador.

Para que haja a garantia das necessidades básicas existentes numa sociedade como, saúde, segurança, educação, justiça e saneamento, tornam-se necessário que o Estado possua um montante financeiro para cumprir com essas premissas constitucionais.

Deste modo, o Estado possui o poder de exercer a capacidade de tributar sobre os entes que compõe a sociedade, de maneira que todos contribuem para a satisfação do bem comum. Os tributos são instituídos através de lei, que define a obrigatoriedade ou não, arrecadação, alíquota, incidência, base de cálculo e isenções. Como o tributo arrecadado faz frente às despesas do poder público, ocorre a não-tributação ou desoneração do terceiro setor como um benefício fiscal no auxílio ao desenvolvimento dos projetos sociais, visto que, estas entidades sem fins lucrativos desempenham um papel fundamental na sociedade, complementando as atividades político-públicas do Estado (ARAÚJO, 2006, p.33).

Para melhor apreciação, torna-se necessário evidenciar o conceito de tributo e demonstrar suas espécies. Sob esclarecimentos da lei 5.172/66, que dispõe sobre o sistema

tributário nacional, define tributo como: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” Analisando este dispositivo da lei 5.172/66, entende-se que tributo é o pagamento efetuado em dinheiro, já exigido em lei, sendo que, não é proveniente de multas cobradas de infratores.

No artigo 5º da referida lei, encontram-se as espécies de tributos, são os seguintes: “Art. 5º, Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhorias.” Conforme afirma o texto editado em 1966, é mencionado a existência de três espécies de tributos, sendo apenas os impostos, taxas e contribuições de melhoria, estando em plena consonância com o art. 145 da Constituição Federal de 1988 no que tange à existência de tributos.

Dessa forma, o imposto é uma espécie de tributo pago obrigatoriamente pelo contribuinte mesmo que ele não use o serviço público. Não está vinculado à atividade do Estado e o motivo de sua arrecadação é para a manutenção dos gastos do poder público fazendo-se necessário serem aprovados por meio de orçamentos (FABRETTI, 2006, p. 10).

Conforme a redação da Constituição Federal de 1988 e seus respectivos artigos mencionados a seguir, atribuem aos entes federativos as seguintes competências:

Art. 153, compete à União estabelecer:

- I- impostos sobre a exportação de produtos nacionais e os nacionalizados – IE;
- II- impostos cobrados nas importações de produtos estrangeiros – II;
- III- impostos sobre grandes fortunas;
- IV- referentes a produtos industrializados – IPI;
- V- impostos extraordinários;
- VI- impostos quanto à propriedade territorial rural – ITR;
- VII- operações de crédito, seguro e cambio ou sobre títulos e valores imobiliários – IOF; e
- VIII- o imposto sobre a renda e proventos sobre qual for a natureza – IR.

Art. 155 atribui aos Estados e Distrito Federal instituir:

- I- imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA;

- II- imposto sobre a transmissão causa *mortis* e doação de quaisquer bens ou direito – ITCMD;
- III- imposto referente à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação – ICMS; e

Art. 156 compete aos Municípios:

- I- cobrar impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;
- II- cobrar impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS; e
- III- impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI.

Como visto, esses são os impostos que, cada ente federativo possui autonomia para instituí-los com finalidade de custear as despesas estatais, necessárias para a manutenção das atividades públicas.

Competem à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios segundo o Código Tributário Nacional (lei nº 5.172/66) em seus artigos 77, 78, 79 e 80, instituir a cobrança de taxas, e nos artigos 81 e 82 refere-se à contribuição de melhoria. Tendo em vista que, estes tributos são valores cobrados dos contribuintes devido aos serviços e atividades prestadas pelo poder público para a sociedade.

1.7 IMUNIDADES E ISENÇÕES

As pessoas jurídicas e físicas que se dispõem a prestar assistência social e se enquadram nos quesitos de entidade assistencialistas, cumprem o papel pertencente ao Estado (PRENHOLATO, 2007, p.112). As entidades dispõem de patrimônio e renda o que acarreta a tributação, mas é certo que por prestar serviço pertinente ao Estado as regras gerais de tributação não poderiam ser aplicadas as mesmas, então se faz necessária a redação do texto constitucional de 1988 em seu artigo 150 quanto a restrição de seus entes federativos de instituírem a tributação como observa a seguir:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, Estado, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)

VI – instituir impostos sobre:

- a) (...)
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Observa-se nesta redação que o constituinte assegura as entidades ali referidas o gozo das imunidades no que tange a imposto. A imunidade tributária é prevista na Constituição que, impede aos entes estatais estabelecerem impostos sobre o patrimônio, renda e serviços de entidades como partidos políticos, sindicatos, instituições de educação e de assistência social. O conceito de imunidade é proposto por Oliveira *et al.* (2003, p. 28) sendo um privilégio dado a alguém de maneira que se livre das imposições legais. De acordo com Difini (2010, p. 11) caracteriza-se imunidade sempre que a Constituição estabelecer que o tributo não incidirá.

Araújo (2006, p. 35) lista as imunidades tributárias atribuídas a algumas entidades sem fins lucrativos, são elas:

- I- a imunidade de impostos para as instituições de educação e de assistência social (art150, VI, c, da CF/88);
- II- a imunidade de impostos para as entidades sindicais dos trabalhadores (art. 150, VI, c, da CF/88); e
- III- a imunidade de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social (art. 195, § 7º, da CF/88).

Entretanto, o Código Tributário Nacional de 1966 em seu artigo 14 dispõe dos requisitos necessários para a obtenção das imunidades, são os seguintes:

- I- não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;
- II- aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III- manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Desta forma, para uma entidade não sofrer com a tributação dos impostos sobre seu patrimônio faz-se necessário a observância das entidades sem fins lucrativos aos requisitos apresentados acima.

No que se referem à isenção tributária, Young (2009, p.137) assim define: “A isenção caracteriza-se pelo benefício fiscal dado a determinadas pessoas, mas agora, não previsto na Constituição, mas sim em lei. Ocorre o fato gerador, mas existe uma lei que o isenta da tributação.” Nota-se que a isenção é determinada ou concedida através de lei e que existe o fato gerador, diferentemente da imunidade vem exposta na Constituição/88 e não há fato incidente de tributos.

Sob óptica da lei nº 9.532/97, artigo 15, constitui isenção às entidades que possuem caráter científico, cultural, filantrópico, recreativo e as associações civis e que destinam seus serviços a sociedade a que dela venha necessitar. No mesmo artigo, em seu parágrafo 1º fica restrita à isenção ao imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), bem como no parágrafo 2º, a isenção não alcança os rendimentos obtidos com aplicações financeiras de renda fixa ou variável.

2 RESULTADOS

Fizeram parte da pesquisa as seguintes entidades: Centro de Recuperação Renascer, Fundação Vida Nova, Comunidade Terapêutica Abisai, Associação Beneficente São Camilo e a Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar.

O Centro de Recuperação Renascer é uma entidade que desempenha um trabalho voltado à recuperação de indivíduos com dependência química e alcoólica. Atua em local próprio há 1 ano no distrito de Riozinho, contudo, do período compreendido de janeiro a setembro do corrente ano, o número de atendimentos foi de 100 pessoas. Quanto aos agentes responsáveis por contribuir com essas atividades corriqueiras, a entidade conta com a ajuda tanto do responsável como também de outros 6 colaboradores que prestam serviços voluntários. Este centro de recuperação é constituído em forma de associação atuando em cenário nacional encontra-se em andamento sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, e que, devido a sua recente existência, a mesma não possui título de utilidade pública municipal, estadual ou federal. As principais fontes de recursos financeiros da entidade provêm do setor privado e contribuições voluntárias, sobressaindo-se a primeira neste caso. E mesmo assim torna-se insuficiente frente aos R\$ 60.000,00 de gastos anuais. O bom conhecimento do gestor quanto às imunidades e isenções tributárias e dos seus tramites para o gozo frente à burocracia existente, livram do dispêndio de IPTU e IPVA. Os demais

como ITR, INSS inexistente a imunidade ou isenção por ela não possuir propriedade rural e nem funcionários que motiva o recolhimento da contribuição previdenciária.

A Fundação Vida Nova é uma organização filantrópica, beneficente e de caridade que desempenha seu trabalho caritativo há 22 anos no município de Cacoal. Possui inscrição no conselho municipal, estadual e nacional de assistência social, assim como o título de utilidade pública municipal, estadual e federal. A organização conta com o apoio financeiro da contribuição voluntária e de do setor público municipal, sendo a primeira mais significativa.

Assim como outras entidades, a Fundação Vida Nova trabalha com recuperação de indivíduos que fazem o uso de substâncias entorpecentes. No presente ano, período compreendido de janeiro a setembro, foram atendidos 70 pessoas pela entidade, a qual conta com 6 colaboradores, destes, 4 são voluntários e 2 prestam serviços remunerados à entidade. Seu orçamento anual é deficitário, as despesas são de R\$ 96.000,00 superando as receitas em R\$ 36.000,00. A entidade não arca com o ônus dos seguintes impostos: ITR foi isenta; IPVA e IPTU não paga, pois goza da imunidade; INSS não paga devido ao título de utilidade pública federal. O gestor considera que seu conhecimento é bom a respeito das imunidades e isenções pertinentes as entidades sem fins lucrativos, da mesma forma que os caminhos a serem percorridos para o seu alcance, destacando a grande burocracia para o seu desfrute.

A Comunidade Terapêutica Abisai, é uma entidade que possui inscrição apenas no conselho municipal e estadual de assistência social assim como, possui título de utilidade pública municipal e estadual. Pertence à categoria de organização filantrópica beneficente e de caridade, que atende pessoas com dependência de entorpecentes, há 5 anos neste município. Possui um total de 10 colaboradores sendo que, todos prestam serviços voluntários à entidade, para o auxílio no atendimento de 32 internos. Sua fonte de recursos para fazer face às despesas de manutenção relativas aos internados e, a todas as atividades é unicamente proveniente da contribuição voluntária. Mesmo possuindo o próprio imóvel rural onde se atendem àquelas pessoas, a entidade não paga ITR devido ser pequena a propriedade rural. Ficando apenas a seu encargo R\$ 1.300,00 referentes ao IPVA de seus veículos. Quanto ao conhecimento do gestor do rol de imunidades e isenções destinadas às entidades do terceiro setor, foi declarado como péssimo, por não saber quais são esses benefícios na íntegra. Porém, mesmo não possuindo o conhecimento de todos os benefícios garantido às entidades do terceiro setor, superficialmente o responsável sabe de alguns requisitos básicos para que a

organização se utilize de algumas imunidades, considerando burocráticos os trâmites para o gozo das imunidades.

Já a entidade assistencialista Associação Beneficente São Camilo tem representatividade nacional possuindo inscrição no conselho municipal, estadual e nacional de assistência social. A mesma atende 46 pessoas no município de Cacoal sendo na sua maioria pessoas idosas e portadores de necessidades especiais. É enquadrada como Organização Filantrópica Beneficente e de Caridade. Desenvolve seu trabalho através de 7 colaboradores sendo, 6 remunerados, e 1 voluntário, o responsável. A responsável declarou que não tem conhecimentos de todas as imunidades disponíveis para o terceiro setor e tampouco dos trâmites necessários para o seu gozo e destacou a dificuldade de encontrar pessoas preparadas para lidar com a questão que envolva o uso dos benefícios tributários. Mediante a essas deficiências, a fonte mais expressiva de recursos financeiros da organização é de contribuição voluntária, já que a entidade recebe ajuda do município e também através da realização de eventos festivos em prol da entidade. As receitas e despesas se equalizam ao numerário de R\$ 180.000,00 anuais. A entidade paga os seguintes impostos: R\$ 898,00 de IPVA e 360,81 de contribuição previdenciária (INSS) por não possuir o título de utilidade pública federal, possuindo apenas o estadual.

E por fim, temos a Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar que presta a assistência a pessoas idosas, e que no mês de setembro do corrente ano contava com 9 pessoas. É considerada Organização Filantrópica Beneficente e de Caridade, inscrita no conselho municipal, estadual e nacional de assistência social, mas que não possui título de utilidade pública municipal, estadual e nem federal. Seu trabalho caritativo contempla a população do município de Cacoal há 19 anos, contando com a colaboração de 5 pessoas, 2 são voluntários assíduos e, 3 são colaboradores remunerados. Conta com a ajuda financeira única e expressiva da sociedade que, realiza contribuições voluntárias à entidade. O responsável cita a burocracia encontrada para a utilização das imunidades e isenções, qualifica seu conhecimento como sendo ruim e, em consequência disso não conhece os trâmites a serem seguidos para o devido uso dos benefícios. Quanto às receitas e despesas, elas se igualam no valor de R\$ 36.000,00 anuais. A organização é imune no que tange a IPTU e IPVA. Fica a seu encargo apenas o ônus de R\$130,80 (cento e trinta reais e oitenta centavos) mensais referente ao INSS.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE

A pesquisa realizada buscou obter a informação do quantitativo das entidades assistencialistas que usufruem de imunidades e isenções de alguns impostos, pois elas servem como benefício tributário ao terceiro setor, que coopera com o Estado na implementação das execuções de atividades caritativas em benefício aos menos favorecidos da sociedade. Estas entidades proporcionam a preservação da dignidade humana, acolhem pessoas carentes, suprem necessidades como: de abrigo, alimento, vestimenta, zelo e cuidados especiais. Assim, as informações coletadas nas respectivas entidades através de um questionário com perguntas abertas e fechadas que permitiu chegar às devidas informações de cada uma delas.

Ficando claro que as fontes de recursos presentes em todas as entidades sem fins lucrativos pesquisadas são provenientes de contribuição voluntária. Sensibilidade ainda presente na sociedade, quando diz respeito a ajuda às pessoas carentes que, muitas vezes não recebe da própria família os cuidados necessários. Demonstra assim, a importância do ato da liberalidade produzido pelo sentimento de compaixão ao próximo exteriorizado, dentre outras maneiras, como pelas ofertas voluntárias. Tornam-se assim, de grande importância para a realidade das entidades do terceiro setor, que atuam em meio a tantas dificuldades financeiras. É neste cenário que atuam as entidades assistencialistas, promovendo uma nova expectativa de vida reconstruindo sonhos daqueles que dela tanto dependem.

Todavia, existe a incerteza do efetivo recebimento dessas contribuições, por ser feita esporadicamente sem o vínculo de obrigatoriedade. Em conformidade com Andrade (2002, p. 143), um dos maiores desafios existentes das organizações assistencialistas no Brasil é a sua sustentabilidade a médio e longo prazo, e que, com o objetivo de sanar essa disparidade, as organizações sociais têm buscado diversificar as fontes de recursos, como visto nas entidades objeto deste estudo, através de ajuda do setor privado, recursos municipais e também com realização de eventos sociais.

Apesar dos esforços para obter recursos, duas das cinco entidades pesquisadas, informaram não obter saldos positivos no final de cada ano, prevalecendo as despesas sobre as receitas. E para fechar o balanço, contam com a ajuda de membros de entidades religiosas e se, permanecendo ainda saldo negativo, é realizado o rateio aos membros constituintes da entidade. É notável a benevolência e o altruísmo que move a vontade à busca efetiva de promover o bem estar do próximo, por parte dos responsáveis que levam adiante este trabalho de ressocialização do indivíduo como cidadão.

Todas estas entidades contam com colaboradores voluntários que auxiliam nas atividades inerentes da organização, sendo de suma importância para o resgate da cidadania das 257 pessoas beneficiadas diretamente pelo trabalho social destes entes beneficentes. Com exceção do Centro de Recuperação Renascer, todas as demais possui a inscrição no conselho municipal de assistência social, que é condição essencial para encaminhar o pedido de registro e de certificado de entidade de fins filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A entidade não possui esta inscrição devido a seu recente surgimento como pessoa jurídica.

No que se refere ao Certificado de Utilidade Pública municipal, estadual ou federal, que é condição para o processo de isenção da contribuição patronal à previdência social, as entidades encontram-se conforme apresentado no quadro 2:

Quadro 2 – Entidades que possui e não possui título de utilidade pública.

Identificação das entidades	Municipal	Estadual	Federal
Centro de Recuperação Renascer	Não	Não	Não
Fundação Vida Nova	Sim	Sim	Sim
Comunidade Terapêutica Abisai	Sim	Sim	Não
Associação Beneficente São Camilo	Não	Sim	Não
Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2011).

De acordo com as informações apresentadas no quadro 2, o Centro de Recuperação Renascer ainda não possui o título de utilidade pública e não paga o tributo relativo a contribuição previdenciária (INSS), por possuir apenas colaboradores voluntários. A Fundação Vida Nova goza da isenção da cota da contribuição previdenciária junto ao INSS, referente aos seus 2 colaboradores que prestam serviços remunerados, por possuir certificado de utilidade pública nas três categorias já mencionadas. A Comunidade Terapêutica Abisai possui apenas colaboradores voluntários e, portanto, não está sujeita ao recolhimento da contribuição previdenciária.

A Associação Beneficente São Camilo, como demonstrada no quadro 2, possui o título de utilidade pública estadual. Recolhe R\$ 360,81 por mês ao INSS, por não possuir o certificado de filantropia e utilidade pública federal. Já que, a entidade tem abrangência nacional, a mesma faz jus ao certificado de utilidade pública federal, ficando apenas sujeita aos trâmites burocráticos para ser beneficiada com esse certificado.

A Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar não possui qualquer certificado de filantropia e utilidade pública, e devido a isto, arca com a despesa de R\$130,80 mensais.

Em relação às imunidades e isenções a situação das entidades encontra-se conforme exposto no quadro 3.

Quadro 3 – Entidades que utilizam e não utilizam imunidades e isenções.

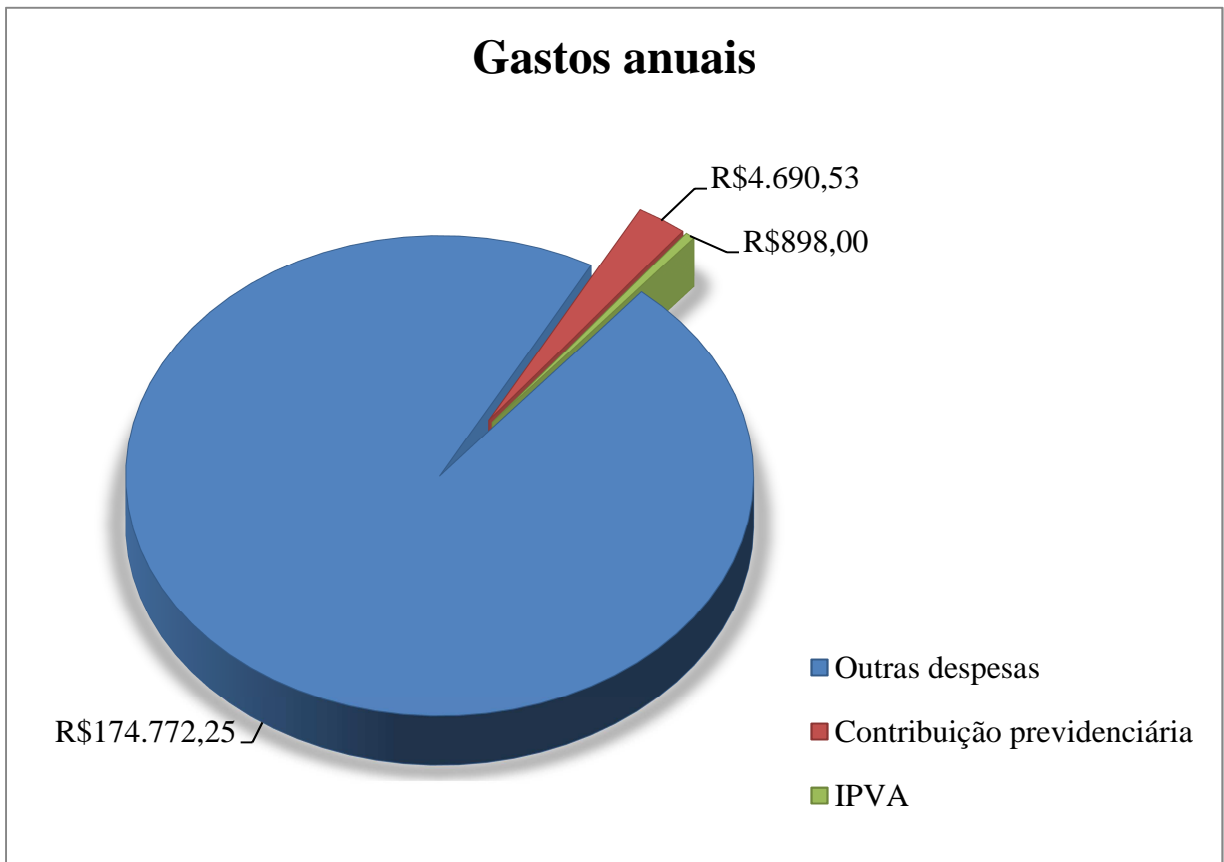
Identificação das entidades	IPVA	IPTU	INSS
Centro de Recuperação Renascer	Sim	Sim	Não
Fundação Vida Nova	Sim	Sim	Sim
Comunidade Terapêutica Abisai	Não	Não	Não
Associação Beneficente São Camilo	Não	Não	Não
Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar	Sim	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2011).

Verificou-se que nas três últimas entidades apresentadas no quadro 3, as imunidades e isenções não são utilizadas eficazmente, no que se refere a IPVA e a contribuição previdenciária. Este fator estar atrelado à falta de conhecimento substancial dos dirigentes das entidades quanto ao assunto das imunidades e isenções e os trâmites de sua aplicação. Outro fator que oferece resistência aos gestores das entidades quanto ao uso dos benefícios tributários, é a burocracia, sendo citada por 4 das 5 entidades pesquisadas; a penúltima assinalou a falta de pessoas com capacidade e conhecimento para trabalhar na área de projetos que venha a beneficiar a entidade através de normas legais.

E por último, são apresentados os impactos nos orçamentos anuais das entidades Associação Beneficente São Camilo, Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar e Comunidade Terapêutica Abisai, causados pela não utilização dos benefícios atribuídos ao terceiro setor. Respectivamente ficam assim demonstrados na Figura 1, Figura 2 e Figura 3:

Figura 1: Impacto gerado pela não utilização da imunidade e isenção na Associação Beneficente São Camilo.

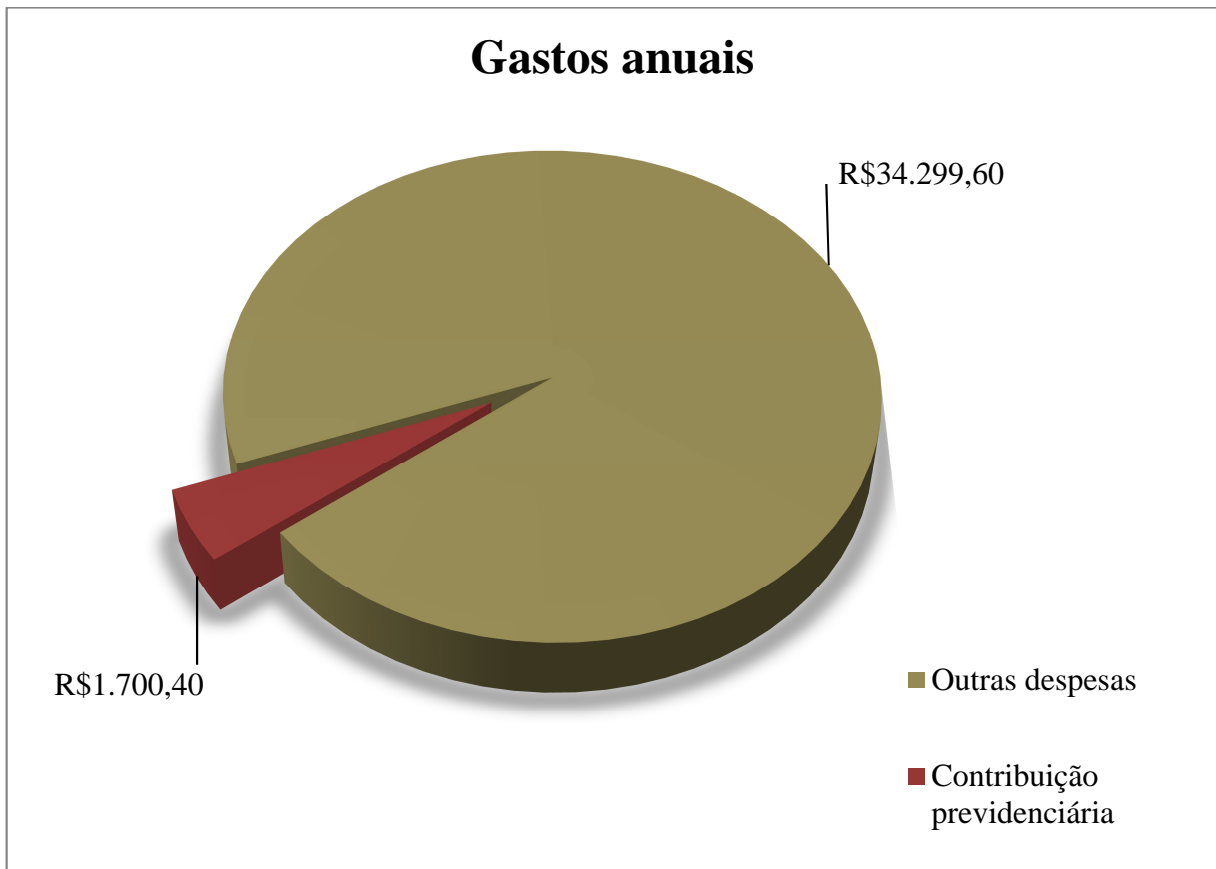


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2011).

A soma dos três valores apresentados é igual à R\$ 180.000,00 corresponde ao total de despesas ocorridas no período de um ano da respectiva entidade. O somatório dos valores de R\$ 4.690,53 referentes à contribuição previdenciária (INSS) mais R\$ 898,00 de IPVA representa uma despesa de 3,1% sobre o valor total dos gastos que a entidade tem para o custeio de suas atividades. Logo, a entidade está sendo lesada por tributo constitucionalmente declarado como imune e isenta, conforme o texto da Constituição Federal, art. 150, VI, c, que protege, dentre outras instituições, a entidade assistencialista da sobrecarga tributária do imposto sobre o patrimônio, assim como o art. 195, IV, § 7º isenta as entidades beneficentes de assistência social da contribuição para a seguridade social.

A segunda entidade, Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar, arca com o valor indevido anual conforme a Figura 2:

Figura 2: Impacto gerado pela não utilização da isenção da contribuição previdenciária na Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar.

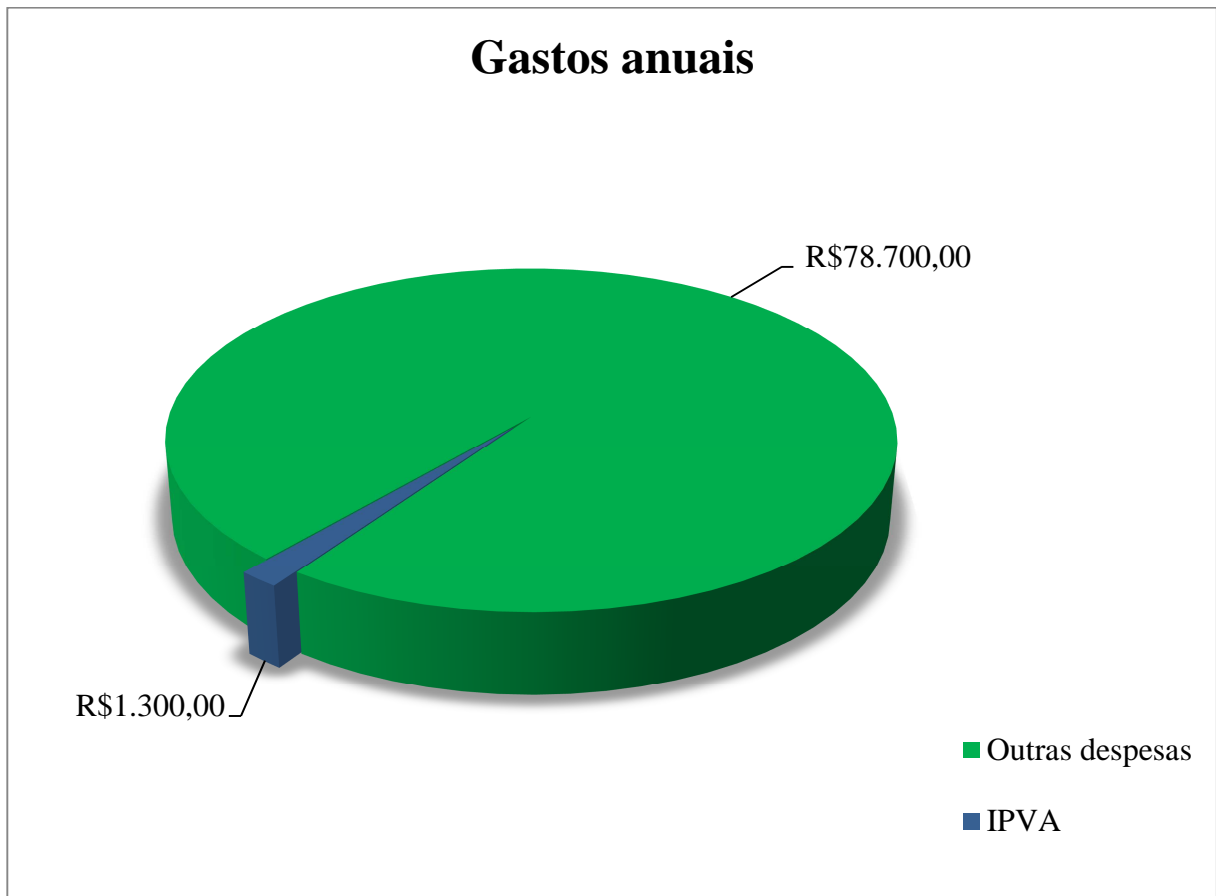


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2011).

O total dos gastos anuais da entidade totaliza R\$ 36.000,00 sendo que, 4,72% do total dos gastos anuais suportados pela instituição, referem-se à contribuição previdenciária. Despesa desnecessária, que sobrecarrega a entidade diante da grande dificuldade de captar recursos financeiros. Recursos que poderiam ser aplicados na ampliação das instalações para a acomodação de novas pessoas, na reforma do estabelecimento, na adequação da entidade de forma que garanta maior facilidade de circulação das pessoas portadoras de necessidades especiais ou idosas, enfim, no investimento de suas próprias atividades beneficentes.

Por fim, demonstra-se a seguir na figura 3, o gasto da Comunidade Terapêutica Abisai com um tributo já mencionado como não incidente:

Figura 3: Impacto gerado pela não utilização da imunidade do IPVA na entidade Comunidade Terapêutica Abisai.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2011).

De acordo com o gráfico da figura 3, os gastos durante o ano da entidade atingem R\$ 80.000,00 sendo que deste valor, R\$ 1.300,00 é referente ao pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), ou seja, 1,62% dos gastos anuais que poderiam ser aplicados nas atividades fins da instituição estão sendo recolhido aos cofres públicos.

As entidades Centro de Recuperação Renascer e Fundação Vida Nova, não apresenta dispêndio quanto a pagamento indevido de tributos, uma vez que elas se utilizam dos incentivos garantidos pela legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi analisar se as entidades assistencialistas de Cacoal fazem uso das imunidades e isenções fiscais pertinentes as mesmas por direito, bem como o

impacto gerado pelo não gozo destes benefícios. As dificuldades que as entidades assistencialistas encontram para se beneficiarem das imunidades influenciam diretamente no orçamento da entidade já que, ocorre o desembolso desses valores que são abrangidos legalmente pelas imunidades e isenções tributárias. Tendo em vista as deficiências do Estado que se mostra falho no cumprimento das responsabilidades sociais, o mesmo abre mão do seu direito de tributar e institui a imunidade de impostos, configurando desta maneira, uma parceria na consecução das políticas sociais.

Averiguaram-se algumas características das entidades assistencialistas e a importância que elas representam para o município de Cacoal e circunvizinhança, diante do trabalho que desempenha na sociedade, pois estas entidades têm por objetivo restituir a condição de cidadãos das pessoas atendidas. Também, tornou possível conhecer que, o aspecto que mais dificulta para usufruir dos benefícios fiscais a elas destinadas, é a burocracia conforme destacado pelos gestores. Destaca-se a presteza dos dirigentes das entidades em fornecer os dados para a pesquisa.

Diante do exposto, a investigação propiciou conhecer quais imunidades estão sendo utilizadas pelas entidades que prestam serviço assistencial às pessoas carentes de Cacoal e de cidades vizinhas sendo que, o uso das imunidades referentes ao IPVA e IPTU tem sido mais freqüente entres essas organizações, Foi declarado pelos gestores, que é burocrático o processo do cumprimento dos requisitos para obtenção dos benefícios fiscais.

Conforme dados coletados por meio de questionários aplicados aos respectivos gestores das entidades, verificou-se que o nível de conhecimento quanto aos trâmites do usufruto das imunidades e isenções tributárias referidas em leis, não é satisfatório ocasionando, portanto, o desembolso por parte de algumas das entidades pesquisadas de valores que poderiam estar sendo utilizados em benefício das atividades fins da instituição.

O tema abordado nesta pesquisa pode ser objeto de estudos futuros, já que, este trabalho não teve pretensão de esgotar o assunto. Sugere-se estudar meios para a fomentação do aumento da arrecadação de receita, tendo em vista que a maior parte dos recursos arrecadados nas entidades é proveniente da contribuição voluntária, o que acaba por ser um problema para estas entidades, uma vez sendo voluntária a contribuição, pode haver descompasso entre receitas e despesas, pois não há nenhuma garantia que tais doações serão feitas às entidades.

REFERÊNCIAS

- 1 ACHKAR, Azor El. **Direito constitucional tributário**. Disponível em: <<http://fit.oab-sc.org.br/comissoes/assistencia/docs/Artigo%20-%20Imunidade%20e%20Entidades%20de%20Assistencia%20Social.doc>>. Acesso em: 12 set. 2011.

- 2 ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. **Organização do terceiro setor: estratégias de captação de recursos junto às empresas privadas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- 3 ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 1 ed. 2 reimp. São Paulo: atlas, 2006.

- 4 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas /constitucionais de Revisão nº 1 a 64. Brasília: Senado Federal, 1988.

- 5 BRASIL, Lei nº 5.172 de 25 outubro de 1966, **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Município**. Brasília, 25 de out. de 1966. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>>. Acesso em: 24 set. 2011.

- 6 BRASIL, Lei nº 8.742, de 7 de dez. de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, 25 de out. de 1993. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=138579>>. Acesso em: 23 de out. 2011.

- 7 BRASIL, Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. **Altera a legislação tributária federal e dá outras providências**. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei953297.htm> >. Acesso em: 20 maio 2011.

- 8 BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dão outras providências**. Brasília, 23 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em 17 mai. 2011.

- 9 BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social**. Brasília, 27 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm>. Acesso em: 19 out. 2011.

10 BRASIL. Resolução nº 177, de 10 de agosto de 2000. **O Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, em reunião realizada no dia 10 de agosto de 2000, no uso da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 18 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, resolve.** Disponível em:< <http://www.eca.org.br/cnas177.htm>>. Acesso em: 8 out. 2011.

11 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2006.** Rio de Janeiro, 2007.

12 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005.** Rio de Janeiro, 2008.

13 DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Imunidades tributárias e direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

14 FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário aplicado: impostos e contribuições das empresas.** São Paulo: Atlas, 2006.

15 JACOBSEM, Alessandra de Linhares; CRUZ, Ricardo de Lima Caiubi; LENGLER, Fernando Ramos. **Captação de recursos pelo terceiro setor: a importância de um intermediário como canal de comunicação entre doador e tomador.** 2010.

16 OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor).** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

17 OLIVEIRA, Sidiney Benedito. **Ação social e terceiro setor no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia Política)-PUC/SP, São Paulo, 2005.

18 OLIVEIRA, Luiz Martins de. et al. **Manual de contabilidade tributária.** 2 ed. São Paulo Atlas, 2003.

19 PRENHOLATO, Bruno Augusto. **A imunidade tributária como instituto de garantia e efetivação dos direitos humanos para as entidades assistenciais.** Brasília, 2007.

20 SANTOS, Nilcéia Cristina Dos. et al. **Captação de recursos financeiros em organizações sem fins lucrativos: a utilização de indicadores de gestão para os doadores e beneficiários dos projetos sociais.** 2008.

21 SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: Uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro, 2010.

22 SINDICATO das **Instituições Benéficas, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo**. Declaração de Utilidade Pública. São Paulo. Disponível em: <<http://www.sinbfir.org.br/artigo.php?id=20>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

23 YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Entidades sem fins lucrativos**: Imunidade e Isenção tributária – resumo prático. 5ª ed. rev. at. Curitiba, Juruá, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR DA ENTIDADE ASSISTENCIALISTA

O questionário foi adaptado pelo autor conforme o questionário da pesquisa das entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos – 2006 realizado pelo Instituto de brasileiro de geografia e estatística (2007, p. 98-104) com objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos utilizam as imunidades tributárias, identificando as dificuldades bem como verificar o impacto no orçamento causado pelo não uso das imunidades.

IDENTIFICAÇÃO:

Entidade: _____

Responsável: _____

Endereço da entidade: _____

QUESTIONÁRIO

1. Quanto ao responsável, presta que tipo de serviço:
☐ Voluntário ☐ Remunerado
2. Quantos voluntários frequentam assiduamente a entidade?

3. Quantos funcionários a entidade tem?

4. Quantas pessoas são atendidas atualmente nesta instituição?

5. A quantos anos a entidade atua no município de Cacoal?

6. A qual categoria do terceiro setor a entidade pertence?
☐ Associação ☐ Organização filantrópica, beneficente e de caridade
☐ Não Governamental – ONG ☐ Fundação Privada ☐ Organização Social
7. A entidade pertence a uma instituição que atua em âmbito:
☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Nacional

8. A entidade possui inscrição no conselho:
- | | | | |
|---------------------------------|------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|
| Municipal de Assistência Social | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Em Andamento | <input type="checkbox"/> Não |
| Estadual De Assistência Social | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Em Andamento | <input type="checkbox"/> Não |
| Nacional De Assistência Social | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Em Andamento | <input type="checkbox"/> Não |
9. A entidade possui título de utilidade:
- | | | |
|-------------------|------------------------------|------------------------------|
| Pública Municipal | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Pública Estadual | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Pública Federal | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
10. Quanto a situação do imóvel, ele é:
- ☐ Cedido ☐ Alugado ☐ Próprio ☐ Outro
11. Como avalia seu conhecimento quanto às imunidades e isenções Tributárias?
- ☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssimo
12. Cite a principal dificuldade enfrentada para o uso do direito das imunidades tributárias?
- ☐ Burocracia
- ☐ Falta de conhecimento dos tramites legais
- ☐ Falta de pessoas preparadas para elaboração de projetos
- ☐ Outros
-
13. Conhece todos os trâmites que a entidade precisa obedecer para se beneficiarem das imunidades e isenções?
- ☐ Sim ☐ Não
14. Quais as fontes de recursos financeiros da entidade? (admite múltiplas respostas)
- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Próprio | <input type="checkbox"/> Privado | <input type="checkbox"/> Público Federal |
| <input type="checkbox"/> Público Estadual | <input type="checkbox"/> Público Municipal | <input type="checkbox"/> Contribuição Voluntária |
| <input type="checkbox"/> Outros | | |
-
15. Em relação à pergunta anterior, qual é a fonte mais expressiva?
-
16. Qual o orçamento anual da entidade?
- Sobras (Receitas)_____
- Gastos (Despesas)_____

17. A entidade paga algum dos seguintes impostos? (em caso de pagar responda quanto).

Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR)

Não () Sim () Valor?

Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)

Não () Sim () Valor?

Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU)

Não () Sim () Valor?

Contribuição previdenciária (INSS)

Não () Sim () Valor?

18. Há algum outro imposto que a entidade pague?

Não () Sim ()

Qual? _____

Valor? _____

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Eu _____, declaro que de livre e espontânea vontade participei da pesquisa Imunidade e isenção tributárias às entidades assistencialistas do município de Cacoal – RO.

Assinatura do participante: _____.

Local/data: _____

O Pesquisador Responsável por este Artigo é RENATO BRAUN do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Profº Esp. Cleberson Eller Loose.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente a: IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Ciências Contábeis – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Renato Braun

ENDEREÇO: Rodovia do Café, Km 1,5, Zona Rural, Cacoal/RO

TELEFONE: (69) 9205-4805

OBJETIVOS:

- Objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos que utilizam as imunidades tributárias;
- Identificar as principais dificuldades para o uso das imunidades;
- Verificar o impacto no orçamento causado pelo uso ou não das imunidades.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre o conhecimento ou não dos benefícios e incentivos fiscais que a instituição possui por lei, contendo 18 questões referentes ao tema. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em Ciências Contábeis UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo à entidade e ao participante.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

DADOS DA PESQUISA: O pesquisador acima identificado vem por meio deste item, DADOS DA PESQUISA, do termo de consentimento livre e esclarecido, solicitar a autorização do participante a divulgação das informações coletadas através do questionário, no artigo de conclusão de curso (ACC).

Entidade:

Centro de Recuperação Neurológica

Assinatura do Participante:

[Assinatura]

Assinatura do Pesquisador:

Renato Braun

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente a: IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Ciências Contábeis – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Renato Braun

ENDEREÇO: Rodovia do Café, Km 1,5, Zona Rural, Cacoal/RO

TELEFONE: (69) 9205-4805

OBJETIVOS:

- Objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos utilizam as imunidades tributárias;
- Identificar as principais dificuldades para o uso das imunidades;
- Verificar o impacto no orçamento causado pelo uso ou não das imunidades.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre o conhecimento ou não dos benefícios e incentivos fiscais que a instituição possui por lei, contendo 19 questões referentes ao tema. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em Ciências Contábeis UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao a entidade e ao participante.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

DADOS DA PESQUISA: O pesquisador acima identificado vem por meio deste item, DADOS DA PESQUISA, do termo de consentimento livre e esclarecido, solicitar a autorização do participante a divulgação das informações coletados através do questionário, no artigo de conclusão de curso (ACC).

Entidade: FUNDACAO UNIDA NOVA

Assinatura do Participante:

Assinatura do Pesquisador:

Renato Braun

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente a: IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Ciências Contábeis – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Renato Braun

ENDEREÇO: Rodovia do Café, Km 1,5, Zona Rural, Cacoal/RO

TELEFONE: (69) 9205-4805

OBJETIVOS:

- Objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos utilizam as imunidades tributárias;
- Identificar as principais dificuldades para o uso das imunidades;
- Verificar o impacto no orçamento causado pelo uso ou não das imunidades.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre o conhecimento ou não dos benefícios e incentivos fiscais que a instituição possui por lei, contendo 19 questões referentes ao tema. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em Ciências Contábeis UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao a entidade e ao participante.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

DADOS DA PESQUISA: O pesquisador acima identificado vem por meio deste item, DADOS DA PESQUISA, do termo de consentimento livre e esclarecido, solicitar a autorização do participante a divulgação das informações coletados através do questionário, no artigo de conclusão de curso (ACC).

Entidade: Comunidade Terapêutica Alvisai

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador: Renato Braun

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente a: IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Ciências Contábeis – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Renato Braun

ENDEREÇO: Rodovia do Café, Km 1,5, Zona Rural, Cacoal/RO

TELEFONE: (69) 9205-4805

OBJETIVOS:

- Objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos utilizam as imunidades tributárias;
- Identificar as principais dificuldades para o uso das imunidades;
- Verificar o impacto no orçamento causado pelo uso ou não das imunidades.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre o conhecimento ou não dos benefícios e incentivos fiscais que a instituição possui por lei, contendo 18 questões referentes ao tema. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em Ciências Contábeis UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

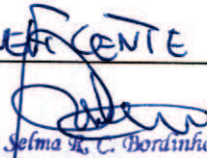
RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao a entidade e ao participante.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

DADOS DA PESQUISA: O pesquisador acima identificado vem por meio deste item, DADOS DA PESQUISA, do termo de consentimento livre e esclarecido, solicitar a autorização do participante a divulgação das informações coletados através do questionário, no artigo de conclusão de curso (ACC).

Entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CAMILO

Assinatura do Participante:


Santa Selma R. C. Bordinhon
Diretora
Casa de Acolhida São Camilo

Assinatura do Pesquisador:


Renato Braun

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa referente a: IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

GRADUAÇÃO: Ciências Contábeis – Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Renato Braun

ENDEREÇO: Rodovia do Café, Km 1,5, Zona Rural, Cacoal/RO

TELEFONE: (69) 9205-4805

OBJETIVOS:

- Objetivo de verificar o quantitativo de entidades sem fins lucrativos utilizam as imunidades tributárias;
- Identificar as principais dificuldades para o uso das imunidades;
- Verificar o impacto no orçamento causado pelo uso ou não das imunidades.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre o conhecimento ou não dos benefícios e incentivos fiscais que a instituição possui por lei, contendo 19 questões referentes ao tema. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento da dissertação do artigo e graduação em Ciências Contábeis UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao a entidade e ao participante.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

DADOS DA PESQUISA: O pesquisador acima identificado vem por meio desde item, DADOS DA PESQUISA, do termo de consentimento livre e esclarecido, solicitar a autorização do participante a divulgação das informações coletados através do questionário, no artigo de conclusão de curso (ACC).

Entidade: Casa Assistencial Abrijo Novo Lar

Assinatura do Participante: Alvaro Francisco Juncalrey

Assinatura do Pesquisador: Renato Braun